



**Universidade Eduardo Mondlane**

**Faculdade de Letras**

**Departamento de História**

**Migrações Transfronteiriças e Transformações Sociais em Matutuine,  
1970s-2000**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em **História** da Universidade Eduardo Mondlane

**Adérito Júlio Machava**

**Maputo, 2003**

04

F. LETRAS	111
R. E.	29665
DATA	26/ Junho 103
AQUISIÇÃO	col. letas
COTA	HT-127

314.7(679)  
M149

HT-127

HT127



**Universidade Eduardo Mondlane**

**Faculdade de Letras**

**Departamento de História**

**Migrações Transfronteiriças e Transformações Sociais em Matutuíne,  
1970s-2000**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em **História** da Universidade Eduardo Mondlane

**Adérito Júlio Machava**

**Maputo, 2003**

<b>F. LETRAS B.E.H.</b>	
R. E.	29665
DATA	26 Junho 03
AQUISIÇÃO	colta
COTA	HT-127

314.7(679)  
M149

HT-127





**Migrações Transfronteiriças e Transformações Sociais em**

**Matutuíne, 1970s-2000**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em **História** da Universidade Eduardo Mondlane

**Adérito Júlio Machava**

**Departamento de História**

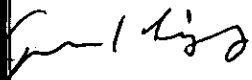

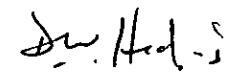
Faculdade de Letras

Universidade Eduardo Mondlane

**Supervisor : Professor Doutor Joel das Neves Tembe**

Maputo, 2003

**O Juri**

O presidente	O Supervisor	O Oponente	Data
			19-06-03

## DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à minha mãe, tios, irmãos, primos e a todos aqueles que tornaram possível este trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Ao longo dos cinco anos do curso foram inúmeras as adversidades que surgiram. Todavia, pessoas de boa fé e vontade contribuíram para que as enfrentasse e superasse com determinação. Quero, deste modo, reconhecê-las e aproveitar o ensejo para endereçar:

Os meus sinceros agradecimentos ao meu supervisor Prof. Dr. Joel das Neves Tembe pela paciência e dedicação ao longo da produção desta tese.

Ao dr. Mateus Muthemba, dr. Pedro Lenine Cumbane e Fernando Laisse pelo valioso apoio prestado.

Ao colectivo de professores do Departamento de História pelos ensinamentos ministrados.

Uma saudação especial para a minha mãe, tios pelos seus conselhos e ensinamentos transmitidos

Aos meus irmãos, primos e amigos pela coragem e carinho transmitidos nos momentos cruciais.

Aos colegas de curso, em especial ao Jonas, Aníbal, Flávia, Humberto, Beto e outros pelo grande espírito de camaradagem.

Por último, a todos aqueles cujos nomes não mencionei, mas que directa ou indirectamente contribuíram e me acarinharam ao longo deste percurso, a eles um forte abraço.

## RESUMO

O presente estudo tem como objecto o *Impacto Sócio-Económico das Migrações Transfronteiriças nas Economias Locais*.

A pesquisa analisa, por um lado, a relação existente entre a dinâmica migratória e a economia do Distrito de Matutuine e as suas implicações nas transformações sociais. Por outro, procura identificar novas tendências do fenómeno migratório, particularmente para o período pós-conflito armado em Moçambique.

Para melhor se alcançarem os objectivos a que se propõe alcançar, o estudo está estruturado em quatro capítulos incluindo a introdução. O segundo capítulo faz uma contextualização geográfica e sócio-económica da região objecto de estudo, no período compreendido entre 1970-2000; o terceiro, explora as questões referentes as novas tendências migratórias com particular incidência para o período pós-conflito armado em Moçambique. O quarto e último capítulo, analisa o impacto sócio-económico das migrações transfronteiriças e o seu papel nas transformações sociais.

A componente metodológica para a realização desta pesquisa consistiu na pesquisa bibliográfica e em entrevistas semi-estruturadas junto ao grupo alvo.

O principal resultado deste trabalho, é a constatação de que a fraca visibilidade das transformações sociais decorrentes do trabalho migratório em Matutuine resulta da conjugação de vários factores, designadamente, o legado destrutivo do conflito armado que desestruturou a base a partir da qual emergiam e se reproduziam as elites locais. Noutra vertente, o longo período de permanência nos países vizinhos, levou a que muitos migrantes se integrassem nas diferentes esferas da vida sócio-económica desses países, capitalizando aí os seus rendimentos. Constatou-se ainda que, outro factor que obsta o processo de transformações sociais é a contração do mercado laboral sul-africano, resultando deste modo, numa onda de desemprego entre a classe migrante que é agravado pelo baixo salário auferido no sector agro-pecuário, onde se encontra confinada a maioria dos trabalhadores migrantes.





## INTRODUÇÃO

A presente tese insere-se no conjunto das abordagens sobre a história sócio-económica de Moçambique, com particular incidência para a questão das migrações transfronteiriças e o seu impacto sócio-económico nas economias locais. O estudo desenvolveu-se no Distrito de Matutuine, Província de Maputo, e centra-se no período compreendido entre 1970s a 2000.

No geral, a pesquisa pretende a partir da abordagem sócio-económica e dos factores que levaram progressivamente à uma crescente integração do Distrito no subsistema económico regional, compreender o impacto das migrações transfronteiriças na vida das famílias e nas transformações sócio-económicas das comunidades.

Especificamente, o estudo pretende analisar a relação existente entre a dinâmica migratória e a economia do Distrito e o seu papel na emergência de elites rurais. Por outro lado, procura identificar novas tendências do fenómeno migratório com especial atenção para o período pós conflito armado em Moçambique, e verificar até que ponto as migrações contribuem para a transformação social dos intervenientes e seus dependentes, tomando em consideração o fraco desenvolvimento do Distrito, a incipiente rentabilidade da produção agrícola, a contracção do mercado de emprego, factores que, no seu conjunto motivam a constante migração das populações para os países vizinhos em busca de alternativas para uma vida condigna.

Historicamente, as migrações transfronteiriças na região remontam a última metade do século XIX, com as plantações do Natal e início da exploração do ouro e diamantes em

última metade do século XIX<sup>3</sup>. Por outro lado, as migrações transfronteiriças são um fenómeno profundamente enraizado no seio destas comunidades e desempenham um papel vital para a sua sobrevivência.

O estudo permite compreender a partir da abordagem da dinâmica sócio-económica do Distrito, os factores que determinam o fluxo migratório para os países vizinhos, as suas tendências e características, o seu papel no suporte das economias familiares, nas transformações sociais e, em última instância, os factores que concorrem para a integração da economia local no âmbito regional.

## II. HIPÓTESES

A pesquisa considera as seguintes hipóteses de trabalho:

- Há uma grande interrelação entre a dinâmica migratória transfronteiriça e a economia do Distrito derivado de factores histórico-culturais, da contracção de oportunidades de emprego resultante da exacerbação da crise económica;

- As migrações transfronteiriças constituem um factor fulcral na sustentação económica dos agregados familiares locais e determinam, em última instância, a emergência de elites rurais.

## III. ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos incluindo a introdução, onde para além da enunciação do objecto de estudo e das hipóteses, se desenvolve a discussão da literatura e construção do quadro metodológico da tese.

---

<sup>3</sup> Cf. MCGREGOR, J. "People without fathers: Mozambicans in Swaziland 1888-1993". *JSAS* . p. 545-567.

O segundo capítulo debruça-se sobre a contextualização geográfica e sócio-económica de Matutuíne, aludindo à localização geográfica; a dinâmica sócio-económica 1970-2000 e o impacto do conflito armado na estrutura social e económica. A partir desta análise, pode-se compreender a origem dos problemas de cariz sócio-económicos que Matutuíne enfrenta actualmente pois, parte da questão relativa ao fracasso das políticas da socialização do campo adoptadas no pós-independência, seguindo-se ao impacto nefasto do conflito armado e a nova situação de conflito gerada pela execução dos programas de relançamento económico em curso. A interacção destes factores deu azo, dentre várias estratégias de sobrevivência, ao crescimento do fluxo migratório para a África do Sul e Swazilândia, pese embora o trabalho migratório ter sido uma constante desde os finais do século XIX. Porém, o fenómeno migratório tem adquirido características e nuances distintas ao longo dos períodos subsequentes.

O terceiro capítulo, analisa o processo de reassentamento pós-conflito armado e o seu papel na emergência de novas tendências migratórias. O processo de reassentamento foi caracterizado pela eclosão de vários conflitos relacionados com a terra envolvendo os regressados entre si, novos ocupantes e, em grande escala envolvendo o governo e interesses privados. Este capítulo investiga os aspectos relevantes em tomo desta situação em busca de subsídios para a explicação de novas dinâmicas migratórias e suas características.

O quarto e último capítulo, analisa a dinâmica migratória e as transformações sociais nas economias locais procurando compreender o seu alcance na promoção social e económica dos intervenientes e dependentes.

Witwatersrand e Kimberley, factores que resultaram no estabelecimento de importantes laços de parentesco de ambos os lados das fronteiras.<sup>1</sup>

Noutra perspectiva, durante o período colonial e no pós-independência, o trabalho migratório, particularmente para a África do Sul constituiu um factor dominante. Na história recente, o conflito armado forçou a milhares de pessoas a refugiarem-se nos países vizinhos, sendo que grande parte destas populações acabou por se integrar na esfera social e económica destes países.

No meio rural, fundamentalmente, é notória a importância das migrações transfronteiriças, especialmente para o trabalho no sector mineiro e a maior parte da população usa os proventos derivados desta actividade para a aquisição dos meios de produção, participação no comércio para além da acumulação de rendimentos e de capital provenientes do aluguer dos meios de produção para preparação de campos agrícolas e da venda dos excedentes nas cidades, etc.<sup>2</sup>

## I. RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A abordagem deste tema prende-se fundamentalmente, com a necessidade de uma investigação cada vez mais aprofundada das novas dinâmicas do fenómeno migratório transfronteiriço, particularmente as suas implicações sociais e económicas nas comunidades locais.

O enfoque sobre Matutuine justifica-se pelo facto desta região estar intensamente envolvida e possuir importantes laços sócio-económicos com a África do Sul e Swazilândia desde a

---

<sup>1</sup> MCGREGOR, J. "People without fathers: Mozambicans in Swaziland 1888-1993". In: *JSAS* 20 (4), 1995. p. 548

<sup>2</sup> HEAD, J. Migrant mine labour from Mozambique: what prospects?. In: CRUSH, J & JAMES, W. (eds). *Cross Boundaries: Mine Migrancy in a Democratic South Africa*. 1995. p.135

#### IV. METODOLOGIA

A componente metodológica inicial que norteou a realização da presente pesquisa assentou na selecção e leituras exploratórias da documentação teórico-temática relevante para os objectivos a que o estudo se propunha a atingir, disponível no Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), na biblioteca da Faculdade de Letras (UEM), no Centro de Estudos Africanos (CEA) e nas Helvetas-Moçambique, o que tornou possível formular um enquadramento-teórico metodológico do objecto de estudo.

Não obstante a disponibilidade de estudos generalizados sobre o impacto do trabalho migratório, a ausência de estudos e documentação específica relativa ao Distrito de Matutuine implicou um esforço redobrado para a reconstituição da história local.

Esta lacuna implicou igualmente maior concentração na realização do trabalho de campo, junto aos potenciais intervenientes da dinâmica migratória, facto conseguido através de entrevistas semi-estruturadas.

O plano inicial do trabalho de campo, previa um universo mínimo de 25 entrevistas. Todavia, a indisponibilidade de algumas pessoas do grupo alvo em aceder à solicitação para as entrevistas alegando vários motivos, para além da constatação da repetitividade de factos, determinaram a redução do número para 19.

O trabalho de campo foi realizado entre Outubro e Novembro de 2002 durante 27 dias, dos quais doze em Catuane, dez em Zitundo e cinco dias em Bela-Vista. No total foram entrevistadas 19 pessoas incluindo uma mulher entre 18 migrantes e ex-migrantes e um professor.

As entrevistas basearam-se num guião semi-estruturado com questões abertas que cingiam-se fundamentalmente sobre a história individual dos migrantes, o que permitiu uma melhor captação da dinâmica histórica local.

Não obstante a forma receptiva e cordial que caracterizou o processo das entrevistas, alguns entrevistados mostraram algum receio em responder às questões e acima de tudo, em fazê-lo com o recurso a registos magnéticos. Nestas circunstâncias, adoptei uma estratégia que consistiu em abordá-los nos seus locais de lazer. Dado o momento de descontração que caracterizava estes encontros, estrategicamente me integrava ao grupo e, discretamente ia introduzindo as questões do meu interesse a que de forma colectiva e em debate iam respondendo e, furtivamente ia registando em fita magnética e tirando algumas notas.

Em Catuane, devido a localização dispersa dos meus entrevistados, o trabalho revelou-se fastidioso. Porém, graças a um ex-migrante e meu assistente de campo, foi possível localizar e fazer as entrevistas. Igualmente, foi nesta região que tive o contacto directo com a realidade e os processos inerentes à travessia ilegal de migrantes para a África do Sul, através do rio Maputo, na região de Chucha ( Gueveza ).

Não tive a oportunidade de entrevistar o representante da autoridade tradicional em Zitundo por se encontrar, durante o período da minha permanência, na África do Sul e, relativamente ao régulo de Phuza I, não pude entrevistá-lo porque encontrava-se constantemente em avançado estado de embriaguez.

As limitações financeiras para cobrir as despesas logísticas durante a realização do trabalho de campo, a dispersão dos agregados familiares acrescida à dificuldade de mobilidade, tornou a tarefa de recolha de dados bastante árdua e penosa. Por outro lado, a falta de colaboração e as constantes acusações de que fui vítima, ao alegadamente me confundirem com agente de segurança do Estado interessado na pesquisa da migração ilegal com o objectivo de estancar a porosidade daquela fronteira, aliado a uma atitude pouco cordial, deselegante e arrogante dos agentes de guarda fronteira que, ante a

apresentação de credencial e devidamente autorizado, interferiram e obstruíram a realização das entrevistas.

## V. REVISÃO DA LITERATURA

A temática concernente ao trabalho migratório e o seu impacto é alvo de vários estudos, embora com abordagens distintas. Porém, aprimoram-se com maior relevância para a análise a que o meu estudo se propõe, os trabalhos de das Neves-Tembe<sup>4</sup>, Covane<sup>5</sup>, First<sup>6</sup>, Head<sup>7</sup> e Murray<sup>8</sup>. Estes estudos encerram em si, embora com algumas particularidades, no facto de que as migrações transfronteiriças, em grande medida, são motivadas pela precaridade ou ausência de oportunidades de emprego nos locais de origem, o que degenera na migração em busca de alternativas para a sustentabilidade económica das economias familiares atraídos pela oferta de salários relativamente melhores e de um vasto leque de empregos/auto-empregos. Noutra perspectiva, demonstram o seu impacto positivo nas economias locais em várias facetas, com base em evidências, e o seu papel vital na promoção social dos migrantes.

First, sustenta que o trabalho migratório é um elemento fulcral para a aquisição de bens e acumulação monetária e permite o surgimento de elites rurais.

Neves-Tembe, ao analisar o impacto das migrações transfronteiriças de Manica para a Rodésia do Sul, realça que as populações migravam em busca de alternativas à

---

<sup>4</sup> NEVES-TEMBE, J. "Economy, Society and Labour Migration in Central Mozambique, 1930-c.1960: a case study of Manica Province" PhD Thesis. University of London, 1998

<sup>5</sup> COVANE, L.A. "Migrant Labour and agriculture in southern Mozambique with special reference to lower Limpopo valley 1920-1992" PhD Thesis. University of London, 1996

<sup>6</sup> FIRST, R. *Black Gold: the Mozambican miner, proletarian and peasant*. Brighton & New York, 1883. Harvester and St. Martin's Press.

<sup>7</sup> HEAD, J. Migrant labour from Mozambique: what prospects? In: CRUSH, J. & JAMES, W. (eds). *Crosss Boundaries: mine migrancy in a democratic South Africa*. 1995

<sup>8</sup> MURRAY, C. *Families divided: the impact of migration labour in Lesotho*. Cambridge, 1981

deficitária produção agrícola e oportunidades de emprego e atraídos pelos salários relativamente maiores aos que se auferiam nos empregos precários, normalmente em obras públicas. O impacto destas migrações a nível das economias familiares era visível em termos de artigos de uso doméstico, como também pela criação de importantes redes entre os dois lados da fronteira que abriam oportunidades para os membros da família emigrarem para cuidados de saúde, educação.etc. Outro aspecto importante era o conhecimento (*know how*) que o migrante trazia que era capitalizado em diferentes esferas de actividade produtiva, o que concorria para a emergência de indivíduos com um *status* diferenciado no meio local. Covane, na mesma perspectiva, ao analisar o impacto do trabalho migratório na agricultura mostra a importância e o impacto do investimento dos rendimentos na agricultura, criação de gado bovino, pagamento do lobolo e a aplicação do *know how* em outras actividades, contribui, tal como advoga First, para a emergência e reprodução de elites rurais.

Head, embora explorando e realçando os mesmos aspectos, apresenta algumas contrariedades no seu estudo e assume uma tendência notavelmente negativista, ao enfatizar que o trabalho migratório desestruturou a base produtiva das economias rurais e a sua organização social, dado que o período da ausência dos homens separa-os efectivamente dos seus circuitos normais de produção. Contudo, realça o papel fulcral desempenhado pelo trabalho migratório como sustentáculo das economias camponesas e a sua contribuição na elitização dos intervenientes. Outros estudos que exploram a mesma perspectiva são, o Mineiro Moçambicano<sup>9</sup> que analisa o impacto do trabalho migratório na Província de Inhambane.

---

<sup>9</sup> CEA. *O Mineiro Moçambicano*: um estudo sobre a exportação de mão-de-obra. Maputo, 1977.



Estes estudos, forneceram elementos valiosos para a construção do argumento pois, sustentam que o trabalho migratório resulta, por um lado, da aparente fraca absorção da mão-de-obra, da produção agrícola deficitária e, por outro, da oferta de salários atractivos nos países vizinhos com uma economia relativamente forte, para além de outros meios que garantem a sobrevivência das famílias, o que nalguns casos resulta numa visível diferenciação movida pela transformação social do migrante e seus dependentes.

## CAPÍTULO 2. CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E SÓCIO-ECONÓMICA

### 2.1 Localização

O Distrito de Matutuine, com uma área estimada em 5403 km<sup>2</sup>, com uma população de 35.161 habitantes e uma densidade de 6.5 hab/km<sup>2</sup>, segundo o censo de 1997<sup>10</sup>, localiza-se no extremo sul da Província de Maputo no paralelo de 26° e 27' de latitude sul e 32° e 30' de longitude oeste.

A norte é limitado pela baía e cidade de Maputo, a sul pela República da África do Sul, a este pelo Oceano Índico e a oeste pelos Distritos da Namaacha, Boane e pelo Reino da Swazilândia.<sup>11</sup>

Possui cinco Postos Administrativos nomeadamente, Catembe, Catuane, Machangulo, Zitundo e Bela Vista e um total de doze Localidades. Privilegiado, do ponto de vista geográfico e natural, estabelece duas fronteiras, uma com a República da África do Sul e a outra com o Reino da Swazilândia, para além das extensas milhas de costa primitiva, espectacular vegetação natural, incluindo dunas florestais, mangais lagoas, abundantes corais e zonas turísticas de grande atracção. Por outro lado, possui terras férteis para a prática da agricultura, abundante fauna bravia, minérios e diversos recursos piscatórios.

Estas particularidades condicionaram a que o Distrito fosse definido no período colonial e no pós-independência, como área de protecção ecológica total ou parcial, facto

---

<sup>10</sup> Administração do Distrito de Matutuine. Gabinete Distrital de Planificação de Matutuine. *Plano Distrital de desenvolvimento de Matutuine (2002-2005)*. Bela-Vista, 5.07.2002

<sup>11</sup> Gabinete Distrital de Planificação de Matutuine. *Diagnóstico do Distrito de Matutuine*. Matola, Nov. 2001. p.6

que foi realçado em 1992 com o reconhecimento internacional de Matutuíne como zona de importante bio-diversidade.<sup>12</sup>

## 2.2. Dinâmica sócio-económica, 1970s-2000

Derivado dos condicionalismos naturais atrás descritos, Matutuíne destacou-se durante o período colonial pela criação do Colonato de Maputo, uma importante estrutura agro-industrial e pecuária, vocacionada fundamentalmente à produção rizícola, criação de gado bovino<sup>13</sup> e à de cal em Salamanga.<sup>14</sup>

O Colonato, embora sem números precisos, era constituído maioritariamente por colonos agricultores estabelecidos por colonização dirigida, por indivíduos autóctones assimilados e chefes tradicionais locais. Em relação à localização espacial, estendia-se ao longo das margens do rio Maputo abarcando parte de Bela-Vista e Catuane.<sup>15</sup>

Em 1972, devido as cheias do rio Maputo registou-se a perda total das culturas e estragos no sistema de diques de defesa do colonato, valas de drenagem e rega para além da destruição de equipamentos, um prejuízo que foi calculado em milhares de contos<sup>16</sup>. Em virtude desta calamidade, o governo colonial através da Direcção de Agricultura e Florestas, lançou um plano de recuperação dos danos causados, ao mesmo tempo que se instituíu um sistema de empréstimo de semente de arroz aos agricultores interessados que

---

<sup>12</sup> MYERS, G. & MENESES, C. Elephants in the trees: land and Resource Administration in Southern Maputo Province. Maputo, December, 1995. p.8-19. Relatório

<sup>13</sup> AHM - Administração do Concelho de Maputo. Fundo de Fomento. D/ Agricultura. Cx 194. Relatórios da Administração do Concelho de Maputo aludindo à expansão do cultivo do arroz ao longo do vale do rio Maputo, facto que era encorajado e estimulado pelo governo colonial através de uma política de concessão de créditos agrícolas aos agricultores com vista a expansão do cultivo do arroz e criação de gado bovino. 24.4.1968

<sup>14</sup> Notícias, 1.12. 1988

<sup>15</sup> AHM- Administração do Concelho de Maputo. Fundo de Fomento. D/Agricultura.1970, Cx 194

<sup>16</sup> Notícias, 11.2.1970

deviam ser restituídos no final da campanha. Por outro lado foram concedidos abonos em combustíveis e lubrificantes para tractores e motores de rega<sup>17</sup>.

Todavia, o trabalho migratório para a África do Sul constituiu a tónica dominante se atendermos que só por meios oficiais registava-se a saída em média de 60 trabalhadores migrantes por mês, o que significava uma média anual de 720 trabalhadores. Não obstante os dados atrás referidos, não se deve descurar a migração que se registava fora dos registos oficiais, que constituía seguramente a maior fasquia.<sup>18</sup> Paralelamente ao trabalho migratório a produção de carvão foi, desde os finais da década de 60, uma das principais actividades de rendimento das populações.<sup>19</sup>

Esta foi a estrutura basilar em que assentou a economia do Distrito até 1975, altura em que a agricultura colona entrou em colapso decorrente de vários constrangimentos verificados na implementação das políticas agrárias concebidas para o meio rural no período pós-independência nacional, aquando da ascensão ao poder do governo revolucionário da Frelimo.

Com a retirada dos colonos em 1975, coube ao governo independente a gestão e controle da estrutura económica herdada tendo como objectivo central, a manutenção dos índices de produção e produtividade até então registados. Para a consecução destes objectivos, o governo adoptou medidas importantes de âmbito nacional que foram desde a nacionalização da terra em 1976, seguida daquela que foi considerada a maior estratégia de

---

<sup>17</sup> AHM – Administração do Concelho de Maputo. Fundo de Fomento. D/Agricultura. Cx 195. Relatórios de 1972.

<sup>18</sup>Cf. AHM. Administração do Concelho de Maputo. Fundo de Trabalho e Acção Social, Cx 94. Relatórios relativos à emigração e imigração de trabalhadores dos Postos de Bela Vista, Catuane e Zitundo para a RAS, no período compreendido entre 1970-1972.

<sup>19</sup> CEA. *Macassane*: estudo de uma cooperativa no Distrito de Matutuine, Província de Maputo. Relatório nº80/5. Maputo, 1980. p. 3-6

socialização rural, a política das aldeias comunais<sup>20</sup>, adoptada em 1977 no decurso do 3º Congresso do Partido que definiu as machambas estatais e cooperativas como fulcrais para o desenvolvimento agrícola a par da constituição das aldeias comunais.<sup>21</sup>

Em face do abandono das propriedades colonas, o Estado converteu-nas em machambas estatais e, à luz da política das aldeias comunais, encorajou o emprego dos camponeses nestas machambas à medida que se estabelecia paralelamente um sistema cooperativo.<sup>22</sup>

A instalação do novo regime<sup>23</sup>, bem como a introdução da componente de gestão centralizada pelo Estado aos empreendimentos abandonados pelos anteriores proprietários constituíram medidas que, no seu conjunto, mostraram-se infrutíferas e, o Distrito de Matutuine não constituiu excepção.

Em 1979, vastos campos de exploração rizícola estavam perdidos e nem de longe se atingiram as cifras de produção colona que se estimavam em cerca de 2000 toneladas. Esta situação deveu-se à conjugação de vários factores, dos quais destacam-se pela sua relevância os seguintes:

Os grupos dinamizadores e posteriormente, as próprias estruturas do Partido Frelimo, no desenvolvimento das suas acções visando a mobilização da população para a efectivação do poder do Estado terem incorporado e sido dirigidos por indivíduos anteriormente inscritos no quadro das relações sociais e produtivas coloniais, portanto detentores de uma forte herança cultural colonial. Este facto, fez com que os aspectos

---

<sup>20</sup> Aqui estariam concentrados todos os serviços sociais básicos como a educação e saúde.

<sup>21</sup> HERMELE, K. Lutas contemporâneas pela terra no vale do Limpopo. In: *Estudos Moçambicanos*, nº 5/6, 1986. p.53.

<sup>22</sup> Cf. HERMELE, K. Country report-Mozambique. (Estocolmo: Relatório apresentado ao secretariado do Plano, ASDI) 1988

<sup>23</sup> Entenda-se, instalação de um novo quadro de relações de produção

sociais da estrutura colonial fossem perpetuados, apesar da notória popularidade do governo neste período.<sup>24</sup>

Outro factor, prendeu-se com a forma como foi abordada e tratada a questão do poder tradicional pelo governo no âmbito da sua reestruturação, onde os antigos chefes tradicionais foram excluídos e marginalizados da nova estrutura de poder.

Noutra perspectiva, a materialização da política das aldeias comunais e do sistema cooperativo no terreno, registou graves irregularidades. As populações foram mobilizadas a participar do sistema cooperativo sob promessas de auferirem dinheiro e alimentos, o que criou um forte entusiasmo na aderência à iniciativa. O entusiasmo que inicialmente caracterizou a população, rapidamente desvaneceu-se motivado pelo não cumprimento dos objectivos a que o sistema cooperativo se propunha a atingir nomeadamente, a redistribuição dos excedentes de produção e do dinheiro provenientes da venda dos mesmos, para além de outras anomalias registadas como os sistemáticos desaparecimentos da produção nos armazéns, desvios de equipamento (motobombas e tractores), encetados por indivíduos<sup>25</sup> que exerciam funções de chefia nestes empreendimentos.<sup>26</sup>

Consequentemente, a desunião, desmoralização, descontentamento e conflitos de relacionamento entre os membros resultou, na maior parte dos casos, no abandono das cooperativas por parte das populações, dedicando-se preferencialmente à produção de carvão e ao trabalho migratório. O descontentamento das populações foi manifesto em cânticos que aludiam à existência de uma nova elite de exploradores que lhes retiravam os benefícios da independência. Quanto à elite de exploradores os cânticos diziam:

---

<sup>24</sup> MCGREGOR, J. Violence and Social change in a border economy: war in the Maputo hinterland, 1984-1992. In: *JSAS*, 24 (1), 1998. p. 41

<sup>25</sup> Anteriormente inscritos no quadro das relações de produção colona, tendendo a perpetuá-lo em oposição à implantação do novo regime.

*(...) Camaradas  
 Todos camaradas de Josina  
 Continuaremos a trabalhar para eles?  
 Aqui na casa de exploradores em Josina  
 Continuaremos a trabalhar para eles? (...) <sup>27</sup>*

Relativamente ao não usufruto dos benefícios da independência:

*(...) O problema desta família  
 É grande, grande que nos vence  
 Como podemos trabalhar sem roupa para vestir se não vemos o tal dinheiro (...)  
 A nossa independência não é completa se não ganhamos dinheiro (...)  
 Trabalhamos cinco anos nesta machamba sem nenhum pagamento  
 Sentemos e resolvamos o problema. <sup>28</sup>*

Segundo McGregor, a partir de 1979 as movimentações do MNR, a futura Renamo, fizeram com que o governo movimentasse coercivamente as populações para as aldeias comunais no âmbito da contra insurgência militar. Este facto reflectiu-se na criação de bolsas de resistência no seio das populações. A mesma autora, sublinha que a resistência teve um carácter fundamentalmente verbal e, teve como ponto central a inviabilidade económica que o sistema cooperativo preconizado pelas aldeias comunais acarretava. Por outro lado, persistiam algumas desconfianças em relação às estruturas do Partido, para além de algumas fobias relativamente à perda de posse de terra, propriedades e gado bovino à favor da nacionalização pelo Estado<sup>29</sup>.

A interacção destes factores resultou num desânimo total das populações, o que foi agravado pelo défice registado no sector familiar causado pela seca, falta de sementes, equipamentos e redução dos efectivos de gado bovino por falta de tratamento.<sup>30</sup>

<sup>26</sup> Entrevista com José Jossefa Tembe, Fevereiro de 1980 e Maphelani Bhekabheka, 4.04.1980. p. 72. In: MANGHEZI, A. *Makasane: a cooperative of old women in southern Mozambique..* 2001. p.21.

<sup>27</sup> MANGHEZI, A. *Makasane, op cit*, p.34

<sup>28</sup> MANGHEZI, A. *Makasane, op cit*, p.79

<sup>30</sup> CEA. *Macassane. Estudo de uma cooperativa no Distrito de Matutuine, Op cit* p. 3-5

Os óbices acima descritos, foram agravados pelas limitações dos meios formais de entrada ao mercado laboral sul-africano a partir de 1976<sup>31</sup>, fazendo com que Matutuine se transformasse num reservatório de mão-de-obra residual, maioritariamente proveniente de Inhambane, Gaza e cidade de Maputo.<sup>32</sup>

Contudo, os migrantes originários de Matutuine não foram, em grande medida, afectados porque não dependiam exclusivamente do trabalho mineiro, tendo sido incorporados em diversos sectores da economia sul-africana e da Swazilândia à luz dos contactos familiares que remontam a última metade do século XIX

Em virtude do aumento de mão-de-obra residual no Distrito, a produção de carvão registou um crescimento assinalável nos finais de 1981, facto que levou o governo a considerar esta prática como um entrave ao desenvolvimento de projectos colectivos, pois os homens despendiam grande parte do seu tempo na produção de carvão, deixando somente as mulheres a trabalhar nas machambas estatais.

O colapso da economia rural foi agravado pela intensificação do conflito armado a partir de 1984, o que deu lugar ao fluxo migratório da população em busca de refúgio na Swazilândia e África do Sul. Alguns migrantes que se tinham estabelecido na Swazilândia, procuraram por outros meios aceder ao mercado laboral sul-africano.<sup>33</sup>

Este aspecto foi sustentado por um informante que revelou ter fugido de Bela-Vista em 1985 na companhia dos seus familiares para a Swazilândia em busca de refúgio, tendo-se estabelecido num campo de refugiados. Em virtude de dificuldades de sobrevivência

---

<sup>31</sup> Para mais detalhes sobre este assunto, vide: CEA. *O Mineiro Moçambicano*: um estudo sobre a exportação de mão-de-obra. Maputo. 1977

<sup>32</sup>McGREGOR, J. "Violence and social change in a border economy"..., p. 45. A região de Matutuine foi, desde o período colonial, reserva de mão-de-obra para o sector mineiro sul-africano e a emigração efectuava-se fora dos canais oficiais de recrutamento da WENELA. A mão-de obra residual era composta por desempregados à demanda de emprego, mineiros sem contratos. Foram estes indivíduos que dominaram a força de trabalho nas machambas estatais.



neste campo, clandestinamente e na companhia de outros moçambicanos, procurou emprego numa farma de produção de milho<sup>34</sup>. Todavia, devido as baixas remunerações que auferiam comparativamente à África do Sul, optaram por outros meios alcançar este país em 1989<sup>35</sup>.

Concomitantemente, registou-se uma fragmentação do poder de Estado, passando a coexistir dois pólos de influência: uma sob a administração do Estado e a outra sob o controlo da Renamo, particularmente em Zitundo.

De acordo com McGregor, nas áreas controladas pela Renamo, estabeleceu-se uma rede comercial transfronteiriça entre estas áreas e os mercados informais na Swazilândia e África do Sul tendo por intermediários, na maioria dos casos, as comunidades de refugiados estabelecidas naqueles países<sup>36</sup>. A mesma autora, sustenta que a Renamo drenava para as Forças de Defesa sul-africanas, marfim e em troca de armas, munições e dinheiro. Segundo Hatton *et al*, uma população de elefantes estimada em 350 unidades antes da intensificação do conflito armado, foi reduzida durante a evolução do conflito para 30-35 elefantes<sup>37</sup>, sendo a Renamo a principal indiciada pelo extermínio. Por outro lado, nas áreas sob administração do governo, assistiu-se, entre 1984-1989, à uma expansão no sector da produção de carvão devido à crescente demanda na cidade de Maputo, o que resultou num maior afluxo de jovens desempregados provenientes da cidade de Maputo dedicados a esta actividade. A caça foi, a par da produção de carvão, uma actividade que se expandiu neste

---

<sup>33</sup> MCGREGOR, J. "People without fathers: Mozambicans in Swaziland 1888-1993". p. 16

<sup>34</sup> Segundo o meu entrevistado, não se podia revelar aos responsáveis do campo em caso de emprego, pois imediatamente perdia todo o direito de auxílio prestado aos refugiados.

<sup>35</sup> Entrevista colectiva em Bela-Vista. 29.11.2002

<sup>36</sup> MCGREGOR, J. "Violence and social change in a border economy"... p. 55

<sup>37</sup> HATTON, J.C *et al.* "A status quo assessment of Maputo conservation area" IUCN, 1995, p.8

período devido a proliferação descontrolada de armas de fogo, chegando-se a formar redes organizadas dedicadas à esta actividade.<sup>38</sup>

Entre 1984 e 1989, o conflito armado causou inúmeros prejuízos na economia do Distrito, em virtude da quase total destruição das infra-estruturas económicas e sociais básicas. Devido ao recrudescimento da tensão militar, o governo encerrou as machambas estatais e aldeias comunais<sup>39</sup>.

A administração do estado, sofreu limitações em alguns Postos Administrativos com especial incidência para Zitundo e Tinonganine tomados pela Renamo, incluindo algumas ocupações sazonais da Ponta do Ouro.<sup>40</sup> Esta situação prevaleceu na realidade pós conflitual. Muito embora a administração do Distrito tenha permanecido separada, os constrangimentos foram comuns às duas áreas.

Com o fim do conflito armado, o aspecto de desolação tomou-se mais evidente em Matutuíne:

Na área da produção animal o impacto foi catastrófico. De uma população de 100.000 bovinos por volta de 1984, foi reduzida para 100 unidades em 1992<sup>41</sup>.

A rede comercial ficou gravemente afectada, persistindo algumas cantinas abertas, mas sem bens de primeira necessidade devido à ruptura de *stocks*, já que o reabastecimento tornara-se impossível devido às restrições na circulação rodoviária.

As ligações económicas e sociais entre o Distrito e a capital foram bastante afectadas, dando lugar a uma nova forma de relação e à emergência de novos mercados, em que jovens oriundos da capital e militares afluíram ao Distrito atraídos pelo negócio da

---

<sup>38</sup> MCGREGOR, J. "Violence and social change in a border economy", p.57-58. Decorrente deste afluxo, registaram-se grandes disputas entre os produtores autóctones e os novos devido ao acesso às fontes de produção e disputas pelo protagonismo.

<sup>39</sup> MCGREGOR, J. "Violence and social change in a border economy" p. 57

produção de carvão em substituição dos antigos fornecedores refugiados na RAS e Swazilândia.

Neste período, Matutuine tornou-se alvo de inúmeras iniciativas de relançamento económico, com o lançamento e execução de algumas *joint ventures*<sup>42</sup>, envolvendo o Governo e interesses privados fundamentalmente ligados ao ecoturismo, inseridos no âmbito da política nacional do turismo que identificou a faixa costeira que se estende desde a ponta do Ouro até ao cabo Santa Maria como região de grande potencial de biodiversidade e ecoturismo. Por outro lado, registou-se um considerável desenvolvimento de iniciativas de ONG's que passaram a operar no âmbito de desenvolvimento de acções de cariz sócio-económica.

Um aspecto com que se depararam as autoridades locais neste período, foi a eclosão de uma assinalável actividade de contrabando transfronteiriço de viaturas roubadas, armas e diversas mercadorias através do Posto de Zitundo.

Devido a passagem de largas dezenas de pessoas, mercadorias e veículos roubados, entre outros produtos de e para a África do Sul, obrigou as autoridades a estabelecerem uma força conjunta das Alfândegas e dos Serviços de Migração para pôr cobro à situação.<sup>43</sup> Todavia, a acção desta força, criou ondas de descontentamento entre os habitantes da região que afirmavam ser um hábito antigo fazer compras em Manguzi, África do Sul, dada a inexistência de lojas na região.

Em relação à implantação das iniciativas de relançamento económico, nalguns casos, registou alguns entraves, sobretudo a execução das *joint ventures*. Estes entraves

---

<sup>40</sup> MCGREGOR, J. "Violence and social change in a border economy" p.57

<sup>41</sup> MCGREGOR, J. "Violence and social change in a border economy". P.57

envolveram interesses políticos, dos agentes económicos e fundamentalmente, o das populações.

Estes entraves, podem-se explicar pelo facto de o Distrito ter permanecido fragmentado nalguns pontos em duas áreas, uma sob o controle da Renamo e a outra do Governo, resultando deste modo uma crise no exercício da autoridade e do próprio poder.

Por outro lado, o Governo moçambicano ao reconhecer o Distrito de Matutuíne como zona internacional de importante bio-diversidade, no seguimento da Cimeira da Terra no Rio de Janeiro em 1992, rubricou protocolos internacionais com vista à criação de áreas de conservação e ecoturísticas. As concessões territoriais para a execução destes projectos englobaram áreas sob o controlo da Renamo, facto que levou os administradores e representantes políticos das mesmas a se oporem à sua execução, alegando a não concordância com a política de terras do Governo, para além da falta de uma prévia auscultação do seu posicionamento, argumentando, em última instância, que estes projectos não favoreciam os interesses das populações locais.<sup>44</sup>

Se por um lado, o processo inicial de reconstrução e relançamento económico sofreu entraves por conflitos de autoridade, por outro, assistiu-se a uma vaga de conflitos opondo os regressados dos países de acolhimento e os novos ocupantes.<sup>45</sup> Os conflitos tiveram como epicentro, a reivindicação de propriedades à luz do direito costumeiro, para

---

<sup>42</sup> Existem actualmente em Matutuíne os seguintes empreendimentos ecoturísticos: Reserva dos Elefantes, Reserva Florestal de Licuáti, Área de Vigilância Especial de Maputo e a floresta costeira do rio Cele. In: Gabinete Distrital de Planificação de Matutuíne. 2001 p. 7

<sup>43</sup> ELIAS, A. "Matutuíne: dois poderes sem poder". In: *Savana*. 22.7.1994

<sup>44</sup> MCGREGOR, J. "*Staking their claims: land disputes in Southern Mozambique*". p.11

<sup>45</sup> Na sua maioria, produtores de carvão, caçadores, pescadores, desmobilizados de guerra e emigrantes desempregados.

além da questão do acesso aos recursos piscatórios e faunísticos, que constituem um importante suplemento da dieta alimentar destas populações<sup>46</sup>

McGregor realça que a situação agravou-se devido à contracção das oportunidades de emprego na RAS associada à similar situação na cidade de Maputo, factores que, no seu conjunto, aceleraram a competição nestas actividades levando a que os proprietários legítimos expulsassem os novos habitantes e competidores. Em muitos casos, as expulsões tiveram um carácter violento e, as tentativas de resolução destes conflitos falharam, em grande medida, sobretudo devido à crise de autoridade local acrescida à persistência de uma administração separada.<sup>47</sup>

Estes factos criaram receios no seio das populações estabelecidas nos países vizinhos em relação a eclosão de um novo conflito armado, fazendo com que muitos migrantes declinassem à ideia de regressar. Noutra vertente, o cenário de realização sócio-económica mostrava-se remoto devido ao caos de destruição aliado ao não vislumbramento de exploração de qualquer actividade que pudesse garantir a sustentabilidade económica dos agregados familiares. Outro factor que concorreu para esta situação, foram as informações que circularam no seio da comunidade migrante, referindo que as suas terras tinham sido ocupadas por sul-africanos.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> A relevância destas actividades tornou-se mais acentuada neste período pelo facto de outras actividades como a agricultura, estarem a atravessar uma grave crise devido aos efeitos da estiagem e do legado destrutivo da guerra. Cf. MCGREGOR, J. "*Staking their claim..*" s.p. 24

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 25

<sup>48</sup> MASSANGANO, G. "Matutuine ainda precisa de ajuda". In: *Tempo*. Maio, 1999

## CAPÍTULO 3. O PÓS-CONFLITO ARMADO E NOVAS TENDÊNCIAS MIGRATÓRIAS.

### 3.1. Factores de migração

O estudo dos factores de migração de Matutuine para a África do Sul e Swazilândia no pós-guerra pode ser agrupado em três vertentes distintas, atendendo o seu carácter e motivações. A primeira vertente desta dinâmica relaciona-se com questões de índole sócio-cultural designadamente, a exploração dos laços de parentesco entre ambos os lados da fronteira, especialmente da sul-africana, à luz dos contactos que remontam ao século XIX, aquando do início das plantações do Natal e da exploração das minas de diamantes e de ouro de Kimberley e Witwatersrand, que criaram importantes fluxos migratórios para estas regiões<sup>49</sup>.

O segundo momento, corresponde à fase do conflito armado que forçou as populações a procurar refúgio nestes países. A última, é relativa ao período que compreende o fim do conflito armado, o processo de reassentamento e o movimento de retorno àqueles países.

Pela sua pertinência para o estudo, e sem prejuízo para o mesmo, debruçar-me-ei exclusivamente sobre as duas últimas vertentes.

Estudos realizados em torno desta temática<sup>50</sup>, são unânimes ao considerar que a causa primeira da migração é a oferta de salários relativamente melhores nos países de economias relativamente fortes, produção agrícola deficitária, a procura de trabalho assalariado como forma de acumular capital para o pagamento do lobolo, dentre outros

<sup>49</sup> MCGREGOR, J. "People without fathers".. Op cit. p. 12

<sup>50</sup> NEVES-TEMBE, J. "Economy, society and labour migration in central Mozambique, 1930-c.1966: a case study of Manica Province". PhD Thesis, London, 1998; COVANE, L.A. "Migrant labour and agriculture in southern Mozambique with special reference to lower Limpopo valley 1920-1992". PhD Thesis, London,

factores. Esta realidade, leva a que as populações procurem alternativas de sustentabilidade económica dos seus agregados familiares nos países da nossa sub-região.

No caso específico de Matutuíne, o escalar da situação de insegurança resultante das atrocidades e violência decorrente do conflito armado, forçou a milhares de habitantes desta região, no caso vertente de Catuane e Zitundo e nalguns casos de Bela -Vista, A procurar refúgio na Swazilândia e África do Sul. Em muitos casos, particularmente nos postos Administrativos de Catuane e Zitundo, famílias inteiras foram forçadas a abandonar a sua terra e propriedades e devido a impossibilidade de visitar as suas regiões, culminou com a destruição e perda total dos seus bens, o que em muitos casos atingiu contornos irreversíveis.

Na Swazilândia, muitos refugiados permaneceram em campos de refugiados e sem grandes oportunidades de emprego, daí procurando meios alternativos de alcançar a África do Sul, onde a situação se mostrava comparativamente razoável.

Grande parte dos refugiados oriundos de Matutuíne na África do Sul, segundo os meus entrevistados, não se estabeleceram nestes campos, tendo o feito em casa de parentes e amigos, para além de outros que o fizeram como empregados domésticos e pastores de gado especialmente em KwaZulu Natal.

Muitas famílias conseguiram integrar-se na sociedade sul-africana no tocante ao mercado laboral e na educação. Os chefes de família e seus filhos adolescentes e jovens empregaram-se normalmente em supermercados, farmas, pastoreio de gado, etc, especialmente em Manguzi e Nmtubatuba. Outros ainda, abandonaram estas zonas e procuraram melhor sorte noutras regiões almejando empregos relativamente melhores.

Os mais novos, puderam prosseguir com os seus estudos, chegando alguns a atingir o nível secundário.

O fim do conflito armado, deu lugar ao processo de repatriamento das populações refugiadas nos países vizinhos. Todavia, em face do cenário de destruição, a constatação do literal desemprego e de uma diminuta possibilidade de sustentação e realização económica dos agregados familiares, no seu conjunto, fizeram com que os que tinham regressado rapidamente iniciassem com um processo de retorno àqueles países, particularmente para África do Sul. Uma constatação que considero relevante, é o facto de parte significativa de migrantes que, devido ao longo período de permanência na África do Sul em particular, terem adquirido novos hábitos em termos de cultura urbana. A acomodação destes hábitos, especialmente para os mais jovens, mostrou-se remota na realidade pós conflito armado nos seus locais de origem<sup>51</sup>. Este aspecto, em parte, também contribuiu para o movimento de retorno.

Neste período a dinâmica migratória assumiu um novo carácter: não mais se trata da busca de refúgio; partiam na expectativa de realização económica básica, como seja, amealhar rendimentos para a realização de alguns investimentos nomeadamente, construção de habitação, investimentos no sector agro-pecuário (aquisição de motobombas para a irrigação e de efectivos de gado bovino), tal como refere Jossias António Manhique:

*“...Decidi voltar à África do Sul porque vi que aqui em Catuane não valia a pena continuar; este não é um sítio para alguém viver: não há emprego, não se faz nada. Para quê continuar aqui? Vale a pena ir sofrer para a África do Sul, porque lá embora agora seja muito difícil arranjar emprego, pelo menos consegue-se arranjar um biscate e já dá para comprar alguma coisa para a família, material para construir a minha casa, e eu como tenho plano de voltar definitivamente, acho que vou associar algum dinheiro com o meu irmão para comprarmos uma motobomba para a irrigação e comprar mais bois, porque já comprei alguns...”<sup>52</sup>*

<sup>51</sup> Este aspecto subentendia-se em quase todas as entrevistas, particularmente entre os jovens.

<sup>52</sup> Entrevista com Jossias António Manhique. Catuane, 24.10.2002



Neste período, a faixa etária que compunha maioritariamente os intervenientes no processo, foi constituída particularmente por adolescentes e jovens, dos 17 aos 40 anos fundamentalmente.

A maioria dos migrantes embora não possuindo passaportes ou qualquer outro documento que os permitisse a transitabilidade transfronteiriça, o que os conferia deste modo o estatuto de ilegais, não tiveram grandes dificuldades em migrar pelo facto de já terem travado um primeiro contacto com estes países através de contactos familiares, bem como durante o período de refúgio forçado. Por outro lado, há a particularidade do domínio dos vários idiomas falados nestes países, particularmente na África do Sul, o que os possibilitou ludibriar a polícia quando abordados durante o percurso afirmando-se como cidadãos sul-africanos, fazendo-se passar por membros da comunidade Ngunazi. Ngunazi, foi um chefe que outrora habitou em Matutuine, fugindo devido a colonização portuguesa<sup>53</sup>.

Usualmente, migraram na companhia de parentes ou amigos com alguma experiência nos itinerários a percorrer. Em muitos casos, a partida foi precedida de uma cerimónia tradicional familiar em que se apelaram às entidades ancestrais sorte e protecção durante o percurso, no local de permanência e no emprego. Observados todos os procedimentos inerentes à partida, em muitos casos seguiu-se à travessia da fronteira ante o pagamento de 30 a 40 rands<sup>54</sup> por pessoa à polícia de guarda fronteira. Este acto, não significou um assumir de responsabilidades por parte destes, pois, qualquer adversidade durante o percurso, é da exclusiva responsabilidade do migrante:

<sup>53</sup> Entrevista com D. Nhanchungue. Catuane. 23.10.2002.

*“...Nós como vivemos muito tempo lá durante a guerra e conhecemos aquela vida, embora não tenhamos passaportes lá ( na África do Sul ) para nós não é problema; entramos e saímos sem problemas porque a polícia pensa que somos sul-africanos. O problema é com os nossos cá, porque quando queremos furar a fronteira logo aparecem ( polícia de guarda-fronteira ), já que conhecem todas as nossas entradas, e cobram-nos dependendo da equipa em serviço uns 30 a 40 rands por pessoa.....”<sup>55</sup>*

Testemunhei em Catuane, na região de Gueveza em Outubro de 2000, o processo e os mecanismos da travessia ilegal de migrantes moçambicanos para a África do Sul. Fazia-me transportar numa carrinha com destino a Catuane a partir de Mahau. Após descrever caminhos sinuosos por mata adentro, imobilizou-se num ponto onde fomos abordados por um agente da polícia de guarda fronteira local e ante a linguagem “técnica” inerente a estas circunstâncias e familiar aos migrantes ilegais, *mafolhanes*, iniciou-se o processo de identificação dos que iam “entrar” e mediante o pagamento de 35 rands por cada, foi-lhes passada uma espécie de guia. Continuamos a marcha por mata adentro até à margem do rio Maputo. Aqui, os migrantes apresentaram as guias à um idoso controlador de tráfego e, desceram rio abaixo e vimo-nos a alcançar a margem sul-africana do rio, na região de Empangueni.<sup>56</sup>

### 3.2. Locais e condições de trabalho

A dinâmica migratória para a África do Sul no período pós-conflito armado, foi acompanhada pelo evoluir de uma situação específica no sector laboral neste país, resultante por um lado da redução das oportunidades de emprego associada à crise

---

<sup>54</sup> Os pagamentos não obedecem a critérios claramente definidos pois, em algumas circunstâncias e diante da apresentação de documentos de identidade sul-africana, por vezes se obriga ao pagamento destas quantias

<sup>55</sup> Entrevista colectiva em Catuane, 25.10.2002.

<sup>56</sup> Factos por mim testemunhados durante o percurso à Catuane em 25 de Outubro de 2002.

económica no Lesotho e Moçambique<sup>57</sup>. Por outro lado, o aumento das taxas de desemprego, particularmente entre os jovens nos países da região contribuiu, por seu turno, para o crescimento do fluxo migratório.

Este factor, teve grandes implicações no mercado laboral sul-africano, fundamentalmente na redução da oferta de postos de trabalho, fazendo com que grande parte dos migrantes que afluíram àquele país neste período ficassem desempregados e caíssem na marginalidade e delinquência. Os que conseguiram se integrar no mercado laboral, foram maioritariamente para o sector agro-pecuário, nomeadamente para as plantações de cana-de-açúcar no Natal, Transvaal e, noutros casos empregaram-se em supermercados, construção civil e em casos excepcionais para o sector mineiro e informal.

Geralmente, salvo algumas excepções, a realidade com que se depararam não correspondeu às expectativas que nortearam todo o processo preparativo de partida, em função das dificuldades acima referidas.

As condições de trabalho são consideradas por alguns migrantes de razoáveis, mas em muitos casos de precárias particularmente no sector de plantações agro-pecuárias. Este facto deve-se a inexistência de contratos de trabalho, facto que propicia actos de tirania, sevícias e abusos por parte do patronato que, em caso de reivindicação por parte dos migrantes dos seus direitos ou de melhores condições de trabalho, recorre ao método de expulsões arbitrárias sem direito a qualquer tipo de indemnização. Esta situação é agravada pelo facto do patronato estar a par da situação de ilegalidade de muitos dos seus trabalhadores, para além de não existirem organizações sindicais nos locais de trabalho que os representem e pressionem o patronato em casos de disputas laborais.

---

<sup>57</sup> HEAD, J. *Migrant mine labour from Mozambique.... Op cit* p.130.

Nalguns casos, dada a grande demanda de emprego, os meus informantes referiram-se a casos de empregadores que admitem preferencialmente migrantes ilegais, que findo o mês e ante as reclamações dos trabalhadores pelo pagamento dos seus salários, chamam a polícia e denunciam a sua ilegalidade, culminando com o seu aprisionamento e deportação para o país. Com a saída destes migrantes, estes são de seguida substituídos por novos migrantes ilegais e a situação repete-se viciosamente. Por outro lado, os migrantes reclamam pelo elevado número de horas de trabalho e reduzido número de dias de folga:

*“...Meu irmão, os que trabalham nas plantações de cana-de-açúcar, sofrem. Alguns de nós aqui trabalham lá. Primeiro muitos trabalham sem contratos e a maioria dos patrões são estúpidos, pois sabem que nós moçambicanos somos pessoas sofridas e com o agravante de não possuímos documentos eles nos abusam.. (...). Trabalha-se durante 10-13 horas por dia e raramente há folgas e, depois de quinze dias, como é a regra lá, deve se receber, mas eles não pagam (principalmente para os que não são espertos porque é preciso ser-se esperto lá) e quando o tempo passa e vamos exigir o dinheiro, eles insultam e quando se insiste reclamando o pagamento do salário, eles chamam a polícia e denunciam a situação de ilegalidade e as pessoas são repatriadas e como sabem que são muitos moçambicanos ilegais lá e à rasca[sic]de emprego, empregam outros e a história se repete. Isso nunca aconteceu a nenhum de nós aqui presentes, mas já aconteceu com muita gente mesmo...”<sup>58</sup>*

No sector das plantações o alojamento, alimentação e o pagamento dos cuidados de saúde são da responsabilidade do trabalhador. Nestes casos geralmente os migrantes alugam quartos e, para os solteiros, alguns partilham o mesmo quarto dividindo as despesas de renda, água e electricidade<sup>59</sup>.

Os que se encontram empregados em supermercados, construção civil e fundamentalmente no sector mineiro, a entidade patronal é quem providencia as despesas

<sup>58</sup> Entrevista colectiva em Bela-Vista. 29.11.2002.

<sup>59</sup> Entrevista com Jabulani Tembe. Zitundo. 22.11.2002.; Entrevista colectiva em Bela-Vista. 29.11.2002.

de alojamento, alimentação e cuidados de saúde. Relativamente ao alojamento, e dependendo da dimensão da empresa, os dormitórios são partilhados por 10 a 30 pessoas<sup>60</sup>.

De acordo com Rogerson, um dos aspectos mais marcantes da democracia sul-africana, foi o aumento do fluxo migratório da quase totalidade de África para àquele país. Rogerson, argumenta que este influxo é controverso e, o mais importante ainda são as suas implicações no mercado laboral<sup>61</sup>. A necessidade de travar o influxo migratório na África do Sul, foi realçado pelo então presidente sul-africano, Nelson Mandela aquando da sessão de abertura do parlamento em 1994 quando referiu que:

*“ ...O governo vai tratar cuidadosamente a questão da movimentação das populações para dentro do país, para proteger os nossos trabalhadores, prevenir a exploração dos trabalhadores mais vulneráveis e assegurar relações amigáveis com outros povos.(...) O governo do ANC é sensível ao sentimento da população local que tem procurado compreender as dificuldades dos nossos irmãos de África(...) Pese embora a vaga de cidadãos estrangeiros que entra no país através de vários esquemas estar a complicar-lhes a vida e não é só no comércio e no sector informal.(...) o tráfico de droga é levado a cabo por cidadãos estrangeiros residentes no país ”.*<sup>62</sup>

Em face disto, registou-se um crescimento do índice de desemprego na comunidade migrante e na própria sociedade sul-africana , o que resultou no surgimento de um discurso marcadamente hostil e xenófobo proveniente de alguns sectores da sociedade sul-africana contra os não sul-africanos, acusando-os de os roubar empregos e de fomentar actos de delinquência.

Este discurso tornou-se mais agressivo quando se começou a afirmar que o povo sul-africano exilou-se nos países da região não para roubar, vender drogas, roubar empregos e matar, mas sim, para lutar contra o apartheid e questionam o porquê da razão

---

<sup>60</sup> Entrevista com José Gumende. Bela-Vista. 28.11.2002; Felipe Muchongo. Catuane. 23.10.2002

<sup>61</sup> ROGERSON, C.M. International migrants, immigrants entrepreneurs and South Africa's small enterprise economy. In *SAMP* nº3, 1997. p.4

do influxo massivo de migrantes ao seu país (África do Sul)<sup>63</sup>. Este facto desembocou em assaltos e ataques aos não sul-africanos especialmente a partir de 1996<sup>64</sup>. Segundo um informante e vítima desta circunstância, os locais (sul-africanos) perguntam o que estão lá a fazer se a guerra já acabou e que o melhor que têm a fazer é *regressar a Moçambique para desenvolver o país para ver se os deixam em paz*. Por outro lado, referiu a prática de destruição e saque dos bens o que ocorre geralmente associado à violência física:

*“...O relacionamento com os sul-africanos agora é difícil sabe. Em parte até podem ter razão, porque lá está cheio e não são só moçambicanos que andam de qualquer maneira desempregados. O alto índice de desemprego faz com que as pessoas se dediquem ao crime, e os moçambicanos e nigerianos são os mais indiciados disso, por isso eles nos insultam, humilham e por vezes somos vítimas de violência principalmente nas discussões que se criam em torno disso em tascas (sic) e bares, e há outros que chegam a morrer (assassinados). Eles estão cansados e fartos de nós e dizem para voltarmos ao nosso país que a guerra já acabou: já não nos querem lá...”*<sup>65</sup>

Decorrente desta situação desfavorável à concretização dos seus objectivos primários, e da carestia da vida resultante do desemprego a que estão votados, alguns migrantes preferiram voltar em definitivo aos seus locais de origem, afirmando que já não valia a pena insistir em procurar alternativas naquele país, quando no fundo não existem, preferindo levar uma vida errante no seu país do que sujeitar-se a humilhações de todo o tipo em país alheio: *“ preferi voltar para tomar conta e cuidar do sítio que foi a casa dos meus pais e onde repousam os espíritos da minha família, pois é o melhor que posso fazer.”*<sup>66</sup>

---

<sup>62</sup> Notícias, 26.05.1994

<sup>63</sup> McDONALD, D. *et al* Challenging xenophobia: myths and realities about cross-border migrations in southern Africa. In: *SAMP* nº 7, 1998. p. 29

<sup>64</sup> CRUSH, J (ed). Immigration, xenophobia and human rights in South Africa. In: *SAMP* nº20, 2001. p.11

<sup>65</sup> Entrevista com anónimo. Phuza- Zitundo.20.11.2002

<sup>66</sup> Entrevista colectiva em Bela-Vista, 29.11.2002

## 4. MIGRAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

### 4.1. Relações entre o migrante e sua família

Em virtude da proximidade geográfica da região objecto de estudo com a África do Sul e, particularmente com os potenciais centros de concentração dos migrantes oriundos de Matutuine situados no KwaZulu Natal, nomeadamente, Manguzi, Nmtubatuba e Empangueni, as visitas à família<sup>67</sup> tem um carácter sistemático, chegando a efectuar-se durante os fins-de-semana e nos dias de folga, para além obviamente do período de férias para quem as possui. Todavia, a grande maioria dos migrantes marcadamente desempregada, o contacto com as famílias não é feito de forma regular, chegando a permanecer longos períodos sem visitas à família e sem comunicação por cartas ou qualquer outro meio.

Há um aspecto significativo que marca e molda as relações entre o trabalhador migrante e sua família (nuclear), em virtude da situação contraditória em que assenta esta questão: por um lado o sistemático e por vezes prolongado período de ausência dos esposos ou chefes de família, em resultado do seu trabalho como migrante concorre, tal como defende Murray, para a difícil manutenção da integridade e estabilidade conjugal. Por outro, a ausência, é a condição *sine qua non* para a manutenção da viabilidade económica dos agregados familiares.<sup>68</sup> Não pretendo aqui entrar em debate em torno desta questão porém, é um facto assente que é uma questão sensível e conflituosa que assume um carácter latente ou manifesto.

E. Tembe, ex-trabalhador migrante em Transvaal, referiu ter tido uma relação conjugal atribulada que culminou em divórcio em virtude da infidelidade conjugal da

---

<sup>67</sup> A família deve ser entendida no sentido alargado, pois a maior parte dos agregados familiares é composta pelos pais, irmãos mais novos, esposa e filhos.

esposa: “ (...) *sabes, tu te esfolas e fazes tudo por ela e, em contrapartida só recebes ingratidão. O resultado é que a pessoa não trabalha concentrada e sujeita ao stress, porque logo está a desconfiar que algo se está a passar em casa, é terrível sabes?*”<sup>69</sup> A situação atrás descrita sustenta a situação contraditória do relacionamento com a família nuclear. Não pretendo assumir de forma categórica que o trabalho migratório obsta o relacionamento conjugal e familiar, contudo uma análise mais profunda da questão permite admitir que implícita ou explicitamente, concorre para a eclosão de conflitos de relacionamento conjugal e familiar, variando na sua forma de manifestação.

Todavia, é comum particularmente em Catuane e Zitundo, o uso de telemóveis para o contacto permanente com parentes na África do Sul, dada a disponibilidade da rede de telefonia móvel de empresas sul-africanas.

O apoio à família é feito, fundamentalmente, através do envio de produtos de primeira necessidade e dinheiro através de amigos e pessoas conhecidas para o custeamento de necessidades básicas:

*“...Eu apoio a minha família enviando-lhes roupa, dinheiro e produtos. Às vezes também mando medicamentos. Tudo isto é feito através de amigos e pessoas conhecidas quando vem para cá..(.) Antes escrevia cartas para me comunicar com a minha família, mas agora já não porque comprei um celular que fica aqui em casa com a minha esposa e sempre ligo ou eles ligam sempre que quiserem alguma coisa ou para me porem a par da situação aqui em casa.(..) outras pessoas ficam aqui na minha casa esperando telefonemas de seus familiares, por isso o meu celular ajuda muito aos que não tem....”*<sup>70</sup>

<sup>68</sup> MURRAY, C. *Families divided: the impact of migration labour in Lesotho*. Cambridge, 1981. p.102

<sup>69</sup> Entrevista em Catuane, 23.10.2002

<sup>70</sup> Entrevista com Ernesto Tembe. Catuane 23.10.2002. O uso de telemóveis é um aspecto quase que generalizado em Catuane fundamentalmente, pois várias famílias de migrantes possuem estes aparelhos, o que permite uma maior sintonia entre o migrante e sua família



Os meus informantes não se referiram à existência de constrangimentos resultantes da forma como enviam produtos e dinheiro para os seus familiares nomeadamente, desvios e roubos.

#### 4.2. Investimento dos rendimentos

Relativamente aos investimentos dos migrantes no Distrito de Matutuine, especialmente nos Postos Administrativos de Zitundo e Catuane, assumem um carácter particular, em virtude do conflito armado que levou a que parte significativa das populações migrasse em busca de refúgio nos países vizinhos.

Muitos migrantes beneficiaram das amnestias implementadas na África do Sul pós-apartheid tomadas públicas em Outubro de 1995, primeiro para os mineiros que estivessem a trabalhar na África do Sul desde 1986 que, permitia-os estabelecer residência permanente. Para além deste dispositivo legal, seguiu-se à publicação doutro em Julho de 1996, que permitia a fixação de residência permanente no território à cidadãos dos estados membros da SADC, desde que estivessem a residir a cinco anos ou mais, sem registo criminal, que estivessem envolvidos em alguma actividade económica, com um esposo/a sul-africano ou com filhos nascidos ou a residir legalmente na África do Sul<sup>71</sup>.

Este facto, fez com que parte destas populações perdessem o contacto por um período prolongado com a sua terra e, em face da destruição e pilhagem dos seus bens, alguns migrantes optaram por não investir na sua terra, preferindo fazê-lo particularmente na África do Sul, maioritariamente em habitação, automóveis e pequenos negócios, declinando a ideia de investir no seu local de origem, embora o único contacto que admitem

---

<sup>71</sup> JOHNSTON, N. "Former mozambican refugees in the new South Africa: process of integration and renewed return". s/d.

ter, esteja relacionado com laços ancestrais, em caso de cerimónias familiares, dado que os seus locais de origem são o repositório dos espíritos ancestrais das famílias:

*“... Se tudo quanto tínhamos aqui (Zitundo) foi destruído pela guerra e nós ( pais e irmãos ) fugimos para Manguzi. Meus pais morreram lá e foram enterrados lá.(...) Eu comprei a minha casa lá, casei-me lá, meus filhos estudam lá, agora voltar aqui para fazer o quê? É terra dos meus pais e minha terra mas não dá para viver nisto. Como vês tenho este carro que faço taxi, levo pessoas que querem entrar aqui na África do Sul sem passaportes porque eu conheço os melhores caminhos e vou fazendo a vida. Não sou o único que faz isto, há outros mas somos poucos porque é preciso ser muito esperto para entrares nisto...”<sup>72</sup>*

A despeito dos factos acima referidos, não se podem criar generalizações em torno desta questão. Há migrantes que reataram o contacto com a sua terra e de alguma forma fizeram alguns investimentos. Porém, a forma como os migrantes investiram os seus rendimentos dependeu, em parte, do salário que auferiam e, por vezes, da participação dos membros do agregado familiar em actividades económicas complementares que assumiu um papel de capital importância. Por exemplo, L. Nhaca<sup>73</sup> migrou com a sua família (pais e irmãos) para Manguzi em 1984 quando o conflito armado se intensificou em Zitundo. Em 1993 por causa do falecimento de seu pai, abandonou a escola enquanto frequentava o *standard 7* e empregou-se como motorista numa empresa de construção com um salário de 650 rands/mês. A partir deste momento passou a chefiar o agregado familiar composto por 3 membros, mas como a sua irmã estivesse a trabalhar, ambos partilhavam as despesas de casa, o que o permitiu acumular algum dinheiro com o qual adquiriu uma carrinha em 1998. Em 1999, regressaram a Zitundo e construíram duas habitações. Nhaca, serve-se da sua carrinha como taxista, transportando pessoas e bens da Catembe à Phuza e vice-versa.

<sup>72</sup> Entrevista com B. Bless. Phuza-Zitundo. 20.11.2002

<sup>73</sup> Entrevista com Luis Nhaca, Zitundo, 22.11.2002

Muitos, particularmente os que laboram nas plantações e no pastoreio de gado, que auferem um salário médio de 900 rands/mês, afirmam que com o que ganham somente dá para a compra de vestuário, produtos alimentares e ajuda directa à família em termos de valores monetários:

*"...Lá a vida agora é difícil, não é como dantes (...) Tudo subiu, o custo de vida é elevado. Tu sabes que á já se fica com fome? O custo de vida não condiz com o que recebemos nas farmas, por isso só dá para comprar comida para casa, roupa e mandar algum dinheiro. Só dá para isso, porque o dinheiro é pouco e não podes esquecer que tenho que pagar o aluguer do quarto, água, luz e comida para mim. Não sobra mais nada, enfim é a vida de sofrimento que levamos, só que não é o mesmo né?..."<sup>74</sup>*

Contudo, há migrantes que conseguiram prosperar através da forma como aplicaram os rendimentos acumulados, com particular incidência para os que laboram no sector mineiro. Na sua maior parte, os investimentos são direccionados para compra de material de construção, aquisição de gado bovino, abertura de cantinas e aquisição de motobombas para irrigação<sup>75</sup>.

Covane, que analisou o papel da educação entre a classe migrante e as suas implicações na forma como investem os seus rendimentos, advoga que os migrantes instruídos é que tiveram maior discernimento na aplicação dos seus rendimentos e prosperaram. Não corroboro de todo com esta tese, pois há muitos migrantes sem nenhum nível de instrução que aplicaram de forma rentável os seus proventos comparativamente a outros mais e melhor instruídos. O nível de instrução, por si, não é um factor relevante para uma carreira afortunada, há outros factores de capital importância: salário, participação dos membros do agregado familiar em outras actividades económicas que lhes permita algum rendimento.

---

<sup>74</sup> Entrevista com Luís Nhaca. Zitundo. 21.11.2002

Na região objecto de estudo, parte significativa de migrantes, particularmente os mais jovens, são instruídos. Contudo, os baixos salários auferidos não permitem uma margem de manobra flexível para a aplicação dos seus rendimentos relativamente baixos.

#### **4.3. Trabalho migratório e o pós-Apartheid**

O fim do Apartheid, trouxe consigo o crescimento do fluxo migratório para a África do sul, o que se reflectiu em grande medida no mercado laboral. O aumento deste movimento migratório contrastava com a crescente redução da oferta de emprego, o que veio a criar uma grande onda de desemprego que, por sua vez, gerou o aumento de índices de criminalidade, delinquência e delitos comuns. Em virtude desta situação, regista-se uma onda de descontentamento no seio da sociedade sul-africana que culmina com a eclosão de discursos de cariz xenófobo e ataques à comunidade migrante<sup>76</sup>.

Todavia, todos os entrevistados são unânimes em afirmar que com a queda do Apartheid, a situação laboral melhorou nalguns aspectos, como seja, na melhoria de salários nalguns sectores, a possibilidade de abordar o patronato e reivindicar por melhores condições, melhorias nas condições de higiene e segurança no trabalho, etc. Porém, estes aspectos não podem ser vistos de forma linear, pois persistem ainda grandes problemas nalguns sectores laborais, particularmente no sector agro-pecuário, onde os trabalhadores estão sujeitos a serviço sem contratos de trabalho e a formas de exploração e “escravização” pelo patronato, para além de por vezes os empregadores declinarem o pagamento dos salários. Perante a reivindicação dos trabalhadores, associado à sua situação

---

<sup>75</sup> Entrevistas com Xavier Mabuti. Zitundo. 20.11.2002; Carlos Muchongo. Catuane, 24.10.2002

<sup>76</sup> Vide ponto .3.3

de ilegalidade, o patronato opta por denuncia-los à polícia, recorrendo ao emprego de novos migrantes ilegais para a substituição daqueles <sup>77</sup>.

Devido a um certo desconhecimento em relação aos factores que determinaram a actual situação sócio-laboral na África do Sul, os migrantes imputam as responsabilidades ao governo do ANC, que o acusam de ter obrigado os *boers* a encerrarem postos de emprego e nalguns casos a recusarem a admissão de trabalhadores nas suas empresas, em função do rigor aplicado nas políticas sócio-laborais:

*“... Eu posso dizer que o ANC não é culpado, mas em parte é, porque você pode ver que agora eles (ANC) subiram os salários etc, e os brancos já não conseguem pagar e nem querem admitir ninguém. Quando vamos pedir emprego, eles dizem vai lá pedir ao Mandela. O que adianta isto? Vale a pena no tempo do apartheid, porque emprego não faltava, embora os patrões fossem rudes e eles nos pagavam a tempo e horas. Agora aquilo está estragado...”* <sup>78</sup>

Por outro lado, os migrantes queixam-se da forma como a emergente burguesia negra sul-africana emprega os moçambicanos, referindo que *“aqueles são muito problemáticos e fomentadores de desavenças entre as pessoas. Não pagam os ordenados aos seus trabalhadores e quando estes reclamam, dizem que: se não queres trabalhar aqui vá para tua terra, aqui não é Moçambique e eu não estou para alimentar pobres. Meu irmão preto quando tem esquece que você é igual a ele e também eles esquecem que sofreram muito durante o apartheid”* <sup>79</sup>.

---

<sup>77</sup> Vide ponto 3.3

<sup>78</sup> Entrevista com José Gumende. Bela-Vista, 28.11.2002

#### 4.4. Migração e mudança social

Que o trabalho migratório permite a reprodução de elites rurais<sup>80</sup>, é um facto. Contudo, este facto não pode ser tomado de forma linear, tomando em consideração algumas particularidades e especificidades inerentes à própria dinâmica.

A diferenciação social dos migrantes depende muito da forma como estes capitalizam os seus rendimentos, sem descurar o factor fundamental: o salário. Não se pode, sem generalizar, comparar o nível de investimento de um migrante que labora no sector das plantações com um do sector mineiro, i.e, a diferença no valor dos salários reflecte-se na forma como o migrante capitaliza os seus rendimentos e do exercício de actividades económicas complementares, reflectindo-se por seu turno na diferenciação social dos próprios migrantes. Murray, defende que o processo de diferenciação social é agravado pela crescente dependência das comunidades no trabalho migratório<sup>81</sup> e, por outro lado, acrescenta que a capacidade de um agregado familiar investir na economia doméstica é determinada, em parte, pelos ganhos obtidos particularmente no sector industrial.<sup>82</sup>

Migrantes, a exemplo de Ananias José<sup>83</sup>, com um salário mensal de 750 rands e assumindo a chefia de um agregado familiar composto por cerca de 6 membros, não se lhe permite uma margem para poupança, investindo a totalidade do seu salário na aquisição de bens de consumo e no suporte de despesas básicas pontuais.

Não obstante estes factos, há migrantes que, atendendo o nível de investimento, reproduziram o capital investido, o que lhes conferiu um *status* distinto. Por exemplo,

---

<sup>79</sup> Ibidem

<sup>80</sup> FIRST, R. *Black gold: the Mozambican miner, proletarian and peasants*. 1983. p.140

<sup>81</sup> MURRAY, C. *Families divided: the impact of migrant labour in Lesotho*. Cambridge, 1981, p.86

<sup>82</sup> MURRAY, C. *Families divided: the impact of migrant labour in Lesotho*. Cambridge, 1981, p. 88

<sup>83</sup> Entrevista com Ananias José. Bela-Vista. 27.11.2002

Felipe Muchongo<sup>84</sup> de 46 anos, desertou das FPLM em 1984 e migrou na companhia de dois amigos para a África do Sul. Permaneceu em casa de um familiar durante dois meses enquanto procurava emprego, o que veio a conseguir numa mina de ouro em Westernfontein, com um salário que chamou de razoável. Para a sua família enviava através de amigos ou conhecidos, artigos de primeira necessidade e dinheiro. Por vezes a esposa tinha que ir à Ntubantuba em casa de um primo seu para levantar estes produtos quando não tivesse com que enviá-los. Em 1995, rescindiu o contrato e regressou à Catuane onde reconstruiu a sua casa e construiu mais duas de blocos e cobertas de chapas de zinco. Paralelamente, construiu duas cantinas onde vende uma gama variada de produtos. Afirma que acumulou algum dinheiro e que está depositado num banco sul-africano. Investiu ainda na aquisição de 12 bois em 1996, tendo em Outubro de 2002 um total de 41 cabeças, entre aves e alguns caprinos.

Este facto não deve ser visto somente como resultante da disponibilidade de salários relativamente superiores destes migrantes: depende, por outro lado, da experiência do migrante e da forma como capitaliza e investe o seu *know how*. Dois irmãos<sup>85</sup> que migraram em 1979 para a África do Sul alegadamente porque cresceram e foram educados a saber que para os jovens daquela região, serviço a sério, só podia ser na RAS. Estes migrantes estiveram durante cerca de 22 anos a laborar nas plantações de cana-de-açúcar em KwaZulu, embora de forma irregular atendendo a algumas interrupções pelo meio. Quando decidiram regressar definitivamente, associaram o capital que tinham acumulado na aquisição de mais uma motobomba<sup>86</sup>, tubagem e alguns acessórios. Por outro lado, capitalizaram a sua experiência e o seu *know how*, instalando um sistema de regadio

---

<sup>84</sup> Entrevista com Felipe Muchongo. Catuane. 22.10.2002

<sup>85</sup> Entrevista com dois irmãos anónimos. Catuane. 23.10.2002

através de duas motobombas, que irrigam cerca de 9 hectares de terra cultivada para a produção de banana, hortícolas e batata em Catuane. Paralelamente a actividade agrícola, desenvolveram a pecuária com a criação de cerca de 67 cabeças de gado bovino<sup>87</sup> e alguns caprinos<sup>88</sup>.

É de notar que apesar dos intensos contactos sócio-económicos desenvolvidos com a África do sul, não é muito visível a elite rural no Distrito de Matutuine. Este facto deve-se fundamentalmente ao efeito destrutivo do conflito armado, que desestruturou a então emergente elite de migrantes, obrigando-os não só a refugiar-se e a estabelecerem-se em definitivo nos países vizinhos em face do seu desencanto, passando a capitalizar os seus rendimentos na África do Sul<sup>89</sup> especialmente como residentes.<sup>90</sup>

A actual situação de desemprego, marginalidade e, em muitos casos a precaridade dos empregos que não permite a capitalização em termos de investimentos, torna pouco visível a elitização da classe migrante.

---

<sup>86</sup> O irmão mais velho já tinha adquirido uma em 1989.

<sup>87</sup> Parte destas cabeças foram trazidas de Kwazulu.

<sup>88</sup> Entrevista com dois irmãos anónimos. Catuane. 23.10.2002. Algumas das cabeças de gado bovino estão em Emphangueni.

<sup>89</sup> Este aspecto é muito visível em Manguzi, onde muitos migrantes, particularmente mais adultos oriundos de Matutuine e não só, investiram em negócios ou actividades altamente rentáveis, p.e. no transporte e criação de gado bovino.



## CONCLUSÕES

A pesquisa procurou subsídios que pudessem explicar a interação existente entre a dinâmica migratória e a economia de Matutuine bem como o seu papel nas economias familiares e nas transformações sociais.

O estudo identificou três grandes momentos que caracterizaram a própria dinâmica designadamente, a exploração dos laços de parentesco e de trabalho decorrentes dos contactos da segunda metade do século XIX com as plantações do Natal e o início da exploração de ouro e diamantes em Witwatersrand e Kimberley, o que criou importantes fluxos migratórios a partir desta região. O segundo momento refere-se ao período de conflito armado que forçou milhares de pessoas a refugiarem-se nos países vizinhos, seguido do terceiro, relativo à migração pós conflito armado em Moçambique.

Cada um dos três momentos, pelo seu carácter e motivações específicas, adquiriu características e nuances distintas ao longo do tempo e, por questões metodológicas o trabalho debruçou-se sobre os dois últimos momentos e as evidências sustentaram esta tese.

A fraca visibilidade de transformações sociais e da “elitização” dos trabalhadores migrantes na região objecto de estudo, justifica-se pela interacção de uma multiplicidade de factores nomeadamente:

O conflito armado para além de ter levado a refúgio forçado de grande parte da população, pelo seu carácter violento e destrutivo, desestruturou a base de onde se reproduziria a elite rural. Por outro lado, o longo período de permanência nos países de refúgio, fez com que muitas pessoas perdessem o contacto com os seus locais de origem em virtude de se terem integrado de forma flexível nas esferas social e económica desses países optando, por sua vez, em fixar-se permanentemente.

---

<sup>90</sup> Esta situação é igualmente prática comum entre moçambicanos na Swazilândia.

Noutra perspectiva, as transformações sociais, políticas e económicas operadas na África do Sul , com especial realce para o pós-apartheid, fez com que as pessoas que tinham regressado no pós-conflito armado a Moçambique, ao retornarem à África do Sul em busca de alternativas ao desemprego e meios de subsistência, caíssem no desemprego devido à saturação do mercado laboral sul-africano em resultado do crescimento do fluxo migratório oriundo da quase totalidade do continente africano. Este facto fez com que grande parte dos que retornaram se empregassem precariamente especialmente no sector agro-pecuário. Neste sector, para além das irregularidades e ilegalidades cometidas pelo patronato, os salários são relativamente baixos, que servem apenas para suprir as necessidades básicas e imediatas das suas famílias. Em suma, as transformações sociais dependem de uma conjugação de factores designadamente, o nível do salário auferido, a comparticipação de outros membros do agregado familiar que toma a capacidade de investimento mais flexível e, por último, a experiência do migrante.

Todavia, e a despeito das evidências atrás referidas, há migrantes que prosperaram através da interacção de factores como: o nível de salário, a contribuição de outros membros dos agregados familiares e a capitalização da experiência do próprio migrante numa determinada área produtiva.

## FONTES UTILIZADAS

### DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA

AHM. Administração do Concelho de Maputo. Fundo de trabalho e Acção Social.Cx. 94. Relatórios relativos a emigração e imigração de trabalhadores 1970-1972.

AHM. Administração do Concelho de Maputo. Fundo de Fomento. D/Agricultura. Cx 194 Relatórios da Administração do Concelho de Maputo aludindo à expansão do cultivo do arroz ao longo do vale do rio Maputo, facto que era encorajado e estimulado pelo governo colonial através de uma política de concessão de empréstimos aos agricultores com vista a expansão do cultivo do arroz e criação de gado bovino. 24.4.1968

AHM. Administração do Concelho de Maputo. Fundo de Fomento. D/Agricultura. Cx 195. Relatórios de 1972.

### TESES

COVANE, L.A." Migrant Labour and agriculture in southern Mozambique with special reference to lower Limpopo valley 1920-1992" PhD Thesis. University of London, 1996

NEVES-TEMBE, J. "Economy, Society and Labour Migration in Central Mozambique, 1930-c.1960: a case study of Manica Province" PhD Thesis. University of London, 1998

### ARTIGOS NÃO PUBLICADOS

JOHNSTON, N. " *Former mozambican refugees in the new South Africa: process of integration and renewed return*" s/d.

McGREGOR, J. " *Staking their claims: land disputes in southern Mozambique*". 1995.

### ARTIGOS PUBLICADOS

HEAD, J. Migrant labour from Mozambique: What prospects? In: CRUSH, J & JAMES W.(eds). *Crossing Boundaries: mine Migrancy in a Democratic South Africa*. IDASA/IDRC, 1995.

HERMELE, K. Lutas contemporâneas pela terra no vale do Limpopo. In: *Estudos Moçambicanos*, nº 5/6, 1986

McGREGOR, J. "People without fathers: Mozambicans in Swaziland 1888-1993". In: *JSAS* 20, (4) 1994. p. 545-567

McGREGOR, J. "Violence and social change in a border economy: war in Maputo hinterland, 1984-1992". In: *JSAS*, 24 (1), 1998. 37-60

## RELATÓRIOS

Gabinete Distrital de Planificação de Matutuine. *Diagnóstico do Distrito de Matutuine*. Matola, Nov. 2001.

HATTON, J. *et al.* "A status quo assessment of Maputo conservation area". IUCN, 1995.

MYERS, G & MENESES, C. *Elephants in the trees: land and resource administration in southern Maputo Province*. Maputo, December, 1995. Relatório

PALANE, G. *Matutuine: levantamento sócio-económico*. Gala Massudi, Zitundo, Mamole, Malongane e Dlovo. Maputo, 1996

HERMELE, K. Country Report-Mozambique.(Estocolmo: relatório apresentado ao Secretariado do Plano, ASDI) 1988.

## MONOGRAFIAS

ACNUR/PNUD. *Perfis de Desenvolvimento Distrital*. Distrito de Matutuine. Maputo, Dez. 1997.

CEA. *Macassane: estudo de uma cooperativa no Distrito de Matutuine, Província de Maputo*. Relatório nº 80/5, 1980.

CEA. *O Mineiro Moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão-de-obra*. Maputo. 1977.

CRUSH, J.(ed). Immigration, xenophobia and human rights in South Africa. In: *SAMP* nº20, 2001

FIRST, R. *Black Gold: the Mozambican miner, proletarian and peasant*. Brighton & New York, 1983. Harvester and St. Martin's Press.

McDONALD, D. *et al.* Challenging xenophobia: myths and realities about cross-border migrations in Southern Africa. In: *SAMP* nº7, 1998

MURRAY, C. *Families divided: the impact of migration labour in Lesotho*. Cambridge, 1981

ROGERSON, C.M. International migrants, immigrants entrepreneurs and South Africa's small enterprise economy. In: *SAMP* nº3, 1997

SIMÃO, A.S. Matutuíne. In: *ARPAC*. Coleção Embondeiro, 1996

### PERIÓDICOS.

ELIAS, A. "Matutuíne: dois poderes sem poder". In: *Savana*. 22.7.1994

MASSANGANO, G. "Matutuíne ainda precisa de ajuda". In: *Tempo*. Maio, 1999.

NOTÍCIAS, 1.12.1988

NOTÍCIAS, 26.05.1994

### ENTREVISTAS

José Jossefa Tembe, Março de 1980. In: MANGHEZI, A. *Makasane: a cooperative of old women in southern Mozambique*, 2001.

Maphelani Bhekabheka, 4.04.1980. In: MANGHEZI, A. *Makasane: a cooperative of old women in southern Mozambique*, 2001

2 anónimos. Catuane. 23.10.2002

Ernesto Tembe. Catuane. 23.10.2002

Felipe Muchongo. Catuane. 23.10.2002

D. Nhanchungue. Catuane. 23.10.2002

Jossias António Manhique. Catuane. 24.10.2002

Colectiva. Catuane. 25.10.2002

Entrevista com anónimo. Phuza-Zitundo. 20.11.2002

Buti Bless. Phuza-Zitundo. 20.11.2002

Xavier Mabuti. Zitundo. 20.11.2002

Luís Nhaca. Zitundo. 21.11. 2002

Ananias José. Bela-Vista. 27.11.2002

José Gumende. Bela-Vista. 28.11.2002

Colectiva. Bela-Vista. 29.11.2002